

## REPORTE RELATIVO À INSPEÇÃO AMBIENTAL DE UMA ATIVIDADE ABRANGIDA PELO REI

Nº 11 do artigo 110º do Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto

### 1. Dados do UA e da atividade

---

Nome da entidade: *Sorgal - Sociedade de Óleos e Rações SA*

NIF/NIPC: *502117940*

---

Designação do UA: *Sorgal - Sociedade de Óleos e Rações SA*

---

Morada: *Pereiras 3680-175 Pinheiro (OFR)*

Freguesia: *Pinheiro*

Concelho: *Oliveira de Frades*

Latitude (GMS): *40 º 42 ' 46.48 " N*    Longitude (GMS): *8 º 13 ' 50.12 " O*

---

Setor de atividade: *Rações e Moagens*

CAE Rev. 3: *10912 Fabricação de alimentos para animais de criação (excepto para aquicultura)*

Situação: *Em laboração*

---

*Categorias de Atividades PCIP: 6.4 b) iii) - Instalações destinadas a tratamento e transformação de acordo com a b) da categoria 6.4, a partir de: matérias-primas animais e vegetais, em produtos combinados ou separados, com uma capacidade de produção de produto acabado, em toneladas/dia, superior a: 75 se A for igual ou superior a 10; e [300 -(22,5 x A)] nos restantes casos, em que A é a proporção de materiais de origem animal (em percentagem do peso) da capacidade de produção de produto acabado*

Nº de LA/TUA: *186/1.0/2017*

Emissão de LA: *30/11/2017*

Validade de LA: *30/11/2027*

---

### 2. Dados da inspeção

---

Data de início: *03/08/2021*

---

- Inspeção ordinária     Inspeção extraordinária     Motivo da inspeção extraordinária
- Reclamação                       Acidente/Incidente
- Pedido institucional             Inquérito delegado pelo MP
- Verif. cump. Mandado     Inquérito determinado tutela
- Outros (especificar)
-

Tipo de inspeção:

Completa e integrada (envolveu todas as vertentes ambientais previstas na Licença Ambiental)

Vertentes avaliadas

Águas de consumo  Águas residuais  Ar  Resíduos

(uma ou mais vertentes avaliadas)

Ruído  AIA  Outras vertentes

---

### **3. Resultado da inspeção**

---

Em resultado da ação de inspeção verifica-se que:

Não se constatarem incumprimentos durante a ação de inspeção

Informação não disponibilizada por força do preceituado no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua atual redação, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental.

---